

V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

PERCURSO GUIADO PARA VERIFICAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

AUTOR PRINCIPAL: Morgana Gayeski

CO-AUTORES: Adriana Gelpi, Rosa Maria Locatelli Kalil, Wagner Mazzetto de Oliveira, Matheus Behnen Corrêa.

ORIENTADOR: Rosa Maria Locatelli Kalil

UNIVERSIDADE: Universidade de Passo Fundo

INTRODUÇÃO

A acessibilidade em estabelecimentos de educação superior é um direito dos seus usuários, sendo exigida pela legislação específica do Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). As diretrizes para sua implantação estão previstas em normativas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004). Para garantir sua implementação, há exigências dos órgãos internacionais como as Nações Unidas e dos órgãos de regulação brasileiros, como o Ministério da Educação e da Justiça. Esta pesquisa tem como objetivo avaliar o grau de adaptação do Campus I da UPF, para a acessibilidade de pessoas cegas e de baixa visão, por meio de avaliação pós-ocupação.

DESENVOLVIMENTO:

O percurso guiado walkthrough para verificação da acessibilidade de deficientes visuais foi realizado em janeiro de 2018, com grupo de treze pessoas. Envolvendo quatro arquitetos, um engenheiro, dois profissionais do setor de atendimento ao aluno (Saes), um instrutor e dois deficientes visuais com baixa visão e dois deficientes visuais cegos da Associação Passo Fundense de Cegos (Apace). O percurso externo foi realizado em rota acessível adaptada de cerca de 500 metros, na área central do campus, desde o ginásio de esportes até a central de atendimento aos alunos. O percurso em áreas internas foi realizado no Centro de Convivência e na Central de Atendimento ao Aluno. A avaliação envolveu a facilidade de percurso, as paradas de



V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



ônibus, a condição dos pisos externos, internos e podotátil, as travessias elevadas das vias, as rampas, os totens de sinalização tátil, os acessos aos sanitários e aos espaços comerciais e de atendimento. Foi realizada entrevista com o grupo focal, com onze questões relativas à avaliação da rota acessível e das adaptações obtidas na acessibilidade e autonomia, bem como as recomendações para sua melhoria. Os respondentes consideraram que houve grande melhoria na sua autonomia, agilidade e independência com a implantação da rota acessível. Mas mesmo assim, as adaptações não estão completas e devem ser melhoradas, apesar de terem sido projetadas e executadas em conformidade com as normas técnicas brasileiras (Tabela 1). As avaliações dos percursos por walkthrough e grupo focal terão continuidade com grupos de deficientes visuais e também com grupos de deficientes físicos e pessoas surdas. Além disso, serão realizados entrevistas de grupo focal com gestores, professores, funcionários e estudantes, bem com relatos dos resultados das atividades. Como a UPF tem um campus central de grandes dimensões, os investimentos são muito altos e serão feitos na medida da disponibilidade de recursos. Além do Campus I, deverão ser adaptados mais sete campi, com necessidades diferenciadas. Mas a experiência piloto realizada indica procedimentos que tiveram resultado positivo, bem como restrições que deverão ser sanadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A UPF têm vários profissionais especializados na área de acessibilidade e inclusão, tais como, arquitetos urbanistas, engenheiros, educadores físicos, fisioterapeutas, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, que são chamados a contribuir com a transformação do campus universitário e com a capacitação das pessoas para atendimento, acolhida e permanência na educação superior. As adaptações precisam ser efetuadas em vários locais e avaliadas pelos usuários para ter efetividade para inclusão.

REFERÊNCIAS

ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos : procedimentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Accessed 09 nov. 2015..

NÚMERO DA APROVAÇÃO CEP OU CEUA (para trabalhos de pesquisa): 2.190.055



V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



ANEXOS